

O MICROCRÉDITO COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA NO NORDESTE: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO PROGRAMA CREDIAMIGO

Wilton Luiz da Mota Almeida
Mestrando em Economia pela UFS
Universidade Federal de Sergipe

José Ricardo de Santana
Doutor em Economia de Empresas pela FGV/SP
Universidade Federal de Sergipe

Resumo

Este artigo investiga o efeito sobre a redução da pobreza de variáveis relevantes colocadas pela literatura, como a concentração de renda, o tamanho econômico, a educação e, sobretudo, o microcrédito. O objetivo é verificar se as operações de microcrédito podem influenciar na diminuição da pobreza. A avaliação foi realizada a partir do programa Crediamigo do BNB, usando dados de 1243 municípios, em 2000. Foram realizadas estimações dos fatores determinantes da pobreza, utilizando o método dos mínimos quadrados ordinários, em três cortes de dados. Os resultados corroboram, de um modo geral, os achados da literatura para as variáveis tradicionalmente utilizadas. No caso do microcrédito, embora os resultados não sejam robustos, mostra-se que este pode influenciar a diminuição da pobreza.

Palavras-chave: Microcrédito, Pobreza, Crediamigo, Nordeste.

1. Introdução

As estratégias de combate à pobreza têm tido um espaço cada vez maior na agenda nacional. Nessa linha, a ampliação dos programas de transferência de renda e as ações voltadas à concessão de crédito a camadas menos favorecidas da população, via crédito consignado ou microcrédito, são alguns dos instrumentos apresentados. A inspiração para utilização do microcrédito parte da experiência do Grameen Bank em Bangladesh, em meados dos anos 70, que buscava conceder empréstimos às camadas da população com maior dificuldade em obter-los no sistema financeiro tradicional.

O microcrédito teria o papel de gerar oportunidade para micro e pequenos empreendedores terem acesso a recursos financeiro para a montagem de negócios, possibilitando a elevação da renda de camadas menos favorecidas da população. Nessa perspectiva seria importante definir adequadamente o público alvo, com foco nos mais pobres, excluídos do sistema financeiro tradicional. Essa estratégia, contudo, não pode perder de vista a sustentabilidade das operações, que requer um aumento no volume médio de crédito concedido, como forma de aumentar o rendimento da operação. Daí surge o embate

com a focalização, tendo em vista que a elevação no volume médio de microcrédito pode provocar um direcionamento do crédito para uma camada da população que está fora da linha de pobreza.

Isso levanta a necessidade de avaliar o papel que pode ter o microcrédito como forma de combate à pobreza. Nessa linha, o presente trabalho buscou avaliar a influência das operações de microcrédito na redução da pobreza, investigando o efeito desta variável em meio a outras colocadas pela literatura, como a concentração de renda, o tamanho econômico, representado pelo PIB ou pelas transferências governamentais, e a educação.

A avaliação foi realizada a partir do Crediamigo do BNB, que é o mais importante programa de microcrédito do país. Foi utilizada uma base de dados de 1243 municípios brasileiros, em 2000. O modelo proposto investiga os efeitos sobre a pobreza (*POB*) decorrentes da concentração de renda (*GINI*), do tamanho econômico, representado pelo PIB (*PIB*) ou pelas das transferências governamentais (*TR*), da educação (*IDH-E*) e, sobretudo do microcrédito, representado pelo volume emprestado (*EMP*) ou pelo número de clientes (*CL*). A análise, utilizando o método dos mínimos quadrados ordinários, envolveu a estimação de cinco equações, em três cortes de dados.

Além dessa introdução, o trabalho contém mais quatro seções. Na segunda seção, são apresentados os elementos do debate da relação entre pobreza e microcrédito. Na terceira, são apresentadas as bases para o estudo de caso, mostrando o programa Crediamigo e o modelo proposto. Na quarta, são apresentados os dados e analisados os resultados das estimações. Uma seção final resume as considerações finais do artigo.

2. Pobreza e microcrédito

2.1 Considerações sobre a pobreza

Nas últimas décadas vem crescendo o debate em torno do tema pobreza. São muitas indagações e tentativas de respostas para esse fenômeno que incomoda os mais variados países, com destaque, e não poderia ser diferente, para aqueles menos desenvolvidos.

No centro desse debate, o questionamento sobre como definir e mensurar a pobreza ainda é um tema bastante freqüente. Há vários aspectos na literatura mostrados sobre tal fenômeno. Do ponto de vista de avaliações econômicas, a pobreza tem sido abordada segundo os aspectos materiais, talvez por este apresentar menor complexidade em sua mensuração.

Dentro da concepção material, uma das formas mais freqüente de se medir a pobreza é, sem dúvida, fazendo uso de uma concepção unidimensional, isto é, unicamente dimensionada pela insuficiência de renda, a qual determina um nível mínimo de renda abaixo do qual os indivíduos seriam considerados pobres. É dentro dessa concepção que foi elaborada uma linha de pobreza com razoável aceitação internacional, na proporção de US\$1 dia *per capita*, adotada pela ONU.

Conforme Hagenars e De Vos (Apud Hoffmann, 2006), todas as definições de pobreza podem ser enquadradas numa das três categorias seguintes:

- a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta);
- b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa);
- c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

De fato, várias definições de ampla utilização na literatura são possíveis de serem enquadradas nessas categorias, como afirma os autores. Dentre as concepções de pobreza absolutas estão: i) o enfoque nas necessidades básicas, desencadeada geralmente na linha de pobreza já descrita; ii) o enfoque baseado na Lei de Engel, que tem como parâmetro a proporção da renda utilizada para

consumir alimentos; iii) o princípio da utilização da razão entre os custos fixos domésticos e a renda total; iv) a concepção que leva em conta a razão entre os gastos correntes e a renda, na qual o indivíduo pobre seria aquele que recorre freqüentemente a empréstimos para sobreviver.

Já com relação à pobreza relativa pode ser citada a carência relativa no tocante a cesta de bens considerados comuns naquela região. Por fim, entre as definições de pobreza na concepção subjetiva entra a conceituação que considera pobres aqueles cujo nível de renda esta aquém daquele que considera o que seria o suficiente para sobreviver (Hoffmann, 2006)

Dentro da concepção absoluta o ponto chave para se medir a pobreza e indigência em uma determinada unidade é estabelecer uma fronteira pautada na renda (linha de pobreza) que separa pobres e não-pobres. Um exemplo dessa forma de demarcação da fronteira que separa estes dois estratos sociais, muito utilizado, é o valor dólar dia *per capita*, através do qual é estabelecido a quantidade monetária por dia necessária para um indivíduo suprir suas necessidades básicas. No Brasil frações do salário mínimo, a exemplo de Hoffmann (2006), por vez, também são utilizados como linha de fronteira entre tais estratos sociais.

De forma geral, os métodos absolutos geralmente são balizados monetariamente e são os mais utilizados na literatura, aparecendo com grande freqüência inclusive nos índices oficiais. Tudo leva a crer que a popularidade dessa técnica esta relacionado à sua objetividade e facilidade de parametrizar a pobreza, estabelecendo uma quantia monetária que possibilite a aquisição de itens, alimentares e não alimentares, para atender as necessidades básicas do indivíduo ou família estudada. Uma outra explicação da preferência pelo método pode ser o maior grau de cientificidade nele contido quando comparado com outros métodos, uma vez que ele encontra base na teoria do consumidor no qual expressa os gastos correntes como uma melhor aproximação da renda permanente, como bem observa Diniz e Arraes (2006).

Para fins dessa pesquisa os índices de pobreza apresentados foram levantados através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹, o qual também faz uso do método absoluto pautado no nível de renda. Ou seja, o grau de pobreza quando citado, salvo quando expresso de outra forma, diz respeito ao percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000, ano de referência desse trabalho. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Diversas alternativas são apontadas na literatura como forma de combate à pobreza, sendo que o crescimento econômico aparece em praticamente todas as citações de combate a pobreza. O aumento do nível de atividade produtiva, geralmente medido pelo PIB, tem efeito direto sobre a redução da pobreza absoluta, evidenciado pelos aumentos e reduções do numero de pobres ao longo dos anos 80, acompanhando diretamente os movimentos dos ciclos econômicos de curto prazo (Rocha, Apud Rocha 1995). Entretanto é importante mencionar que os efeitos do crescimento econômico sobre a redução da pobreza provavelmente não sortirão os efeitos desejados se, ao crescer o produto interno do país, não houver uma distribuição do excedente gerado.

A distribuição de renda é sem duvida outro fator de relevância a ser considerado no combate a pobreza, uma distribuição de renda mais eqüitativa tende a potencializar o efeito do crescimento econômico. Estimativas revelam que uma redução de apenas 5% no valor do coeficiente de Gini

¹ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações e seminários e, mais recentemente, via programa semanal de rádio e TV em canal aberto e fechado.

permitiria se reduzir para 2,1% ao ano o produto regional por habitante necessário para atingir a meta referida anteriormente, em lugar dos 2,9%.

A transferência de renda também tem sido muito utilizada no Brasil como forma de reduzir os índices de pobreza, tais programas vem sendo enfatizado no governo Lula, a exemplo do Programa Fome Zero², caracterizado como o principal programa do governo para combater a fome. O Fome Zero tem como carro chefe a ação batizada de Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda destinado as famílias em situação de pobreza, com renda familiar per capta de até R\$ 120,00 mensais.

Rocha (1995) afirma que os programas de complementação de renda para combater a pobreza têm três motivações básicas. Em primeiro lugar, a complementação de renda dos pobres demanda um investimento modesto. Segundo, a pouca eficácia dos programas baseados na distribuição gratuita de alimentos. Tais programas custam muito mais do que o valor dos bens transferidos e/ou são mal focalizados. Por fim, a ultima razão esta ligada ao fato de acreditar que o bem-estar do beneficiário é maximizado quando ele próprio decide como usar a renda adicional.

A geração de emprego é outra maneira de buscar a redução da proporção de pobres. Nesse sentido vários programas de geração de emprego são tentados ao longo de décadas; ação motivada no Brasil, principalmente pela onda de desemprego que este vem enfrentando.

É diante desse quadro que a busca de alternativas para o problema do desemprego, levaram os governantes e estudiosos do tema a apresentar como solução “a abertura do próprio negócio”, que na literatura econômica vem ganhando cada vez mais espaço e geralmente aparece sobre a denominação de “empreendedorismo”. Todavia surge outro questionamento, como abrir o próprio negócio ou incrementar o pequeno negócio já existente se não tenho capital para isso. É nesse contexto que o microcrédito ganha corpo nas políticas públicas em resposta a esse questionamento. Boa parte desses programas de microcréditos tem como objetivo principal o combate a pobreza, como é o caso do CredAmigo, que será tratado posteriormente.

2.2 Microcrédito

O microcrédito pode ser entendido como um crédito de pequeno valor, na maioria das vezes abaixo de R\$ 5.000,00, concedido quase sempre sem exigência de garantias reais e focalizado na camada da população que tem dificuldade de conseguir aprovação no sistema bancário tradicional.

Conforme Lhacer (2003) o microcrédito diferencia-se do crédito tradicional pelas seguintes características: público-alvo, finalidade e montante. Ou seja, esse tipo de crédito destina-se de modo especial às pessoas que esteja abaixo da linha de pobreza ou pouco acima dela e que não tenha acesso à linha de crédito tradicional; seu uso pode ser destinado à ampliação do capital de giro ou capital fixo do microempreendedor, mas nunca como crédito para consumo; e o volume em questão é sempre pequeno.

² O FOME ZERO é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. O programa atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social

Botelho e Ribeiro (2006) definem o público alvo do microcrédito como as pequenas unidades produtivas caracterizadas pela: i) baixa produtividade, ii) informalidade, iii) escassez de capital, iv) incapacidade de oferecer garantias, e v) inacessibilidade ao setor bancário.

De acordo com os autores, tais características estão inter-relacionadas, exercendo ação mútua de causalidade entre elas. Desse modo, a baixa produtividade causaria a escassez de capital e vice versa; a baixa produtividade causaria a informalidade; a escassez de capital tornaria o empresário impossibilitado de oferecer garantias ao setor bancário tradicional. Com dificuldade de oferecer garantias e na informalidade os empresários nessa categoria tenderia a ficar cada vez mais excluídos do sistema bancário tradicional.

Tendo em vista a importância de ter o público alvo atingido, nesse tipo de mercado são comuns também métodos peculiares para atingir-los, já que os demandantes dessa modalidade de crédito possuem limitações que os impossibilitaria de obtê-las caso fosse imputadas as mesmas exigências dos créditos tradicionais. Poderíamos citar como exemplos desses métodos: i) a busca constante da minimização da burocracia; ii) ausência de garantias reais e iii) a prática do marketing direto, caracterizado pela visita dos representantes das instituições fornecedoras de créditos à residência ou estabelecimento comercial do cliente.

Outra característica do microcrédito amplamente discutido na literatura diz respeito aos juros. Nesse sentido existe a preocupação das IMFs de praticar juros subsidiados por haver a crença de ser esse um dos principais entraves para os empreendimentos pequenos terem acesso ao sistema bancário.

Entretanto, a esse ponto de vista não há um consenso, Santos (2002) p.ex., discorda e enfatiza que os juros são apenas um componente na formação do preço do crédito e tal posicionamento desconsidera a grande importância dos custos transacionais nestas operações³. Desse modo, a redução dos juros porém, com altos custos de transacionais ocasionaria um custo implícito ao qual o pequeno empresário não estão dispostos a incorrer.

Por outro lado, o autor apresenta evidência de que sem acesso ao crédito no sistema bancário o empresário de baixa renda recorre a outros meios de financiamento cujos juros são ainda maiores que o praticado no sistema financeiro tradicional, mas que porém, os custos transacionais tendem a serem menores. Entre as quais estão: pagamento de fornecedores a prazo, cheque especial, cheque pré-datado, cartão de crédito, entre outros.

Em suma, é consenso que o microcrédito representa empréstimos de volume médio pequeno, com público alvo formado por pessoas com dificuldade de acesso ao sistema bancário tradicional e que são pequenos empresários ou que pretendem abrir um negócio cujo volume de investimento demandado é bem pequeno, na maioria das vezes abaixo de R\$ 5.000,00.

O crédito supracitado diferencia-se do tradicional pelas seguintes características: público-alvo, finalidade e montante. Ou seja, esse tipo de crédito destina-se de modo especial às pessoas que estejam abaixo da linha de pobreza ou pouco acima dela e não tenham acesso à linha de crédito tradicional; seu uso pode ser destinado a ampliação do capital de giro ou capital fixo do microempreendedor, embora nunca como crédito para consumo; e o volume em questão é sempre pequeno. Nesse segundo contexto,

³ Tais custos são bem diversificado e de difícil mensuração: providenciar documentação, deslocamento e horas de trabalhos perdidos no processo, etc.

podemos apontar o clássico exemplo do *Grameen Bank* idealizado por Muhammad Yunus, o crédito disponibilizado pelo *Grameen Bank* tinha como meta principal atingir a população pobre.

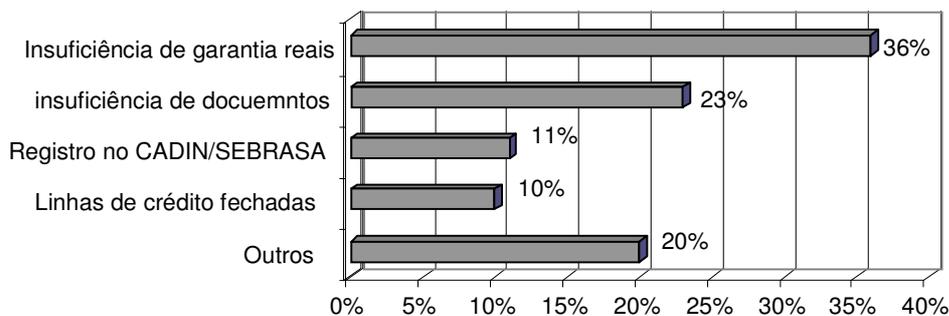
Por outro lado não possível debater políticas de concessão de crédito sem pensar em formar de atingir os mais pobres, já que esse é um dos objetivos das políticas de concessão de microcrédito.

O sistema de garantias dentro do debate microcrédito exerce um papel de grande relevância, não é por acaso que alguns autores, px. Passos (2002a), embute a exigência de garantias na própria definição de microcrédito, quando define este como “crédito para pobres, dados sem garantias reais e de forma sustentável para geração de auto-emprego”.

Duas pesquisas elaboradas pelo Sebrae de São Paulo e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – USP⁴ publicada pela CEPAL denotam as barreiras de acesso ao crédito pelas pequenas empresas, situação que segundo as pesquisas parece ter se agravado no intervalo entre elas, já que quando comparado os resultados da primeira pesquisa em 1999 com a segunda em 2004 e considerando a utilização da mesma metodologia, percebeu-se o financiamento bancário em 2004 sendo menos utilizado do que na pesquisa anterior. Os principais motivos para tal efeito foram: altas taxas de juros, exigências de garantias, a burocracia dos bancos, a aversão dos empresários em tomar empréstimos e as incertezas com relação as políticas econômicas deixando os empresários inseguros.

Na pesquisa de 1999 o percentual de empresários que não tinha adquirido crédito convencional chegou 79%, excluídos desse total as operações de descontos de recebíveis e/ou uso de cartão de crédito e cheques especiais. Os motivos apontados como de maior relevância estavam relacionados a exigências de garantias reais, cerca de 36%, seguidos por insuficiência de documentos, 23%.

Gráfico 4 – Razões alegadas pelos bancos para não conceder os empréstimos solicitados em São Paulo. 1999.⁵



Fonte: SEBRAE-
(pesquisa de campo)

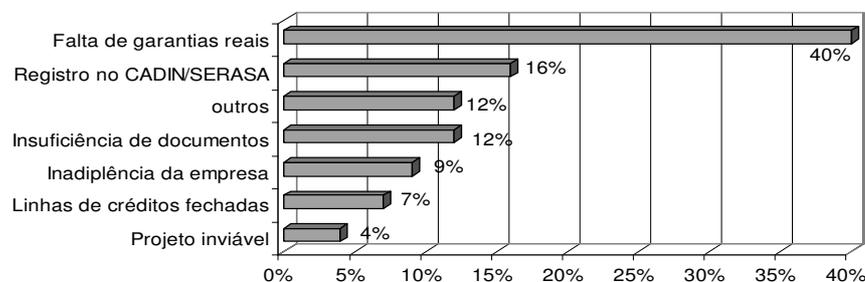
SP

⁴ A Questão do Financiamento das MPES no Estado de São Paulo, pesquisa de campo realizada em agosto de 1999, com amostra inicial de 450 empresas da indústria, comércio e serviços – Sebrae de São Paulo e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, set/1999.

⁵ Segundo MPES entrevistadas que tiveram solicitação de crédito negada em 1999.

Em 2004, na segunda pesquisa, dentre os pequenos empresários da amostra que recorreram a empréstimos bancários e não obtiveram êxito o principal motivo continuou sendo aqueles relacionados a incapacidade de apresentar garantias, 40%, dessa vez seguido por motivos de registros negativos em centrais de informação de crédito. Como alternativa 20% buscaram acesso ao crédito na condição de pessoa física, através do qual as exigências são menores, porém os juros se apresentam maiores, o que tende a aumentar a probabilidade de insucesso do pequeno empresário.

Gráfico 5 – Razões alegadas pelos bancos para não conceder os empréstimos solicitados em São Paulo, 2004.⁶



Fonte: SEBRAE-SP

As dificuldades de acesso ao crédito por parte das pequenas empresas são fundamentadas na assimetria de informação. A disponibilidade diferenciada de informações entre os dois principais protagonistas nesse tipo de negócio, o ofertante do crédito e o microempresário, faz surgir o risco moral. Dispondo de menos informação que o investidor, a instituição operadora do microcrédito para compensar a assimetria de informação institui a apresentação de colaterais (garantias), e por outro lado incorpora o risco à remuneração do capital, nesse caso o juros.

Atualmente, uma alternativa em evidência que visa substituir a exigência de garantias reais são as chamadas colaterais sociais, com destaque para o aval solidário. O método surgiu na década de setenta em Bangladesh tendo sido experimentado pela primeira vez no Grameen Bank. O aval solidário é fundamentado em uma fiança em que o empréstimo é garantido por todos membros do grupo, desse modo cada pessoa do grupo responde como fiador dos demais membros, quando um dos membros não paga o empréstimo todos pagam, caso não pagem futuros créditos não serão afetados a esses membros. Nesse contexto todos são fiscais do grupo e de cada membro e eles mesmos buscam para compor o grupo pessoas que acreditam ser bons pagadores o que acaba diminuindo o risco da IMF.

Diversas instituições que oferecem produtos microfinanceiros operam, hoje, no Brasil, fazendo uso do aval solidário, entre as quais podemos citar o CEAPE e o Crediamigo do BNB, o método

⁶ Segundo MPEs entrevistadas que tiveram solicitação de crédito negada em 2004.

ajudou bastante os pequenos empresários que não tinham como apresentar garantias reais. Por outro lado, diminui a assimetria de informação e o risco do banco ter o empréstimo reembolsado, já que o grupo tem interesse que ninguém se torne inadimplente e apresentara alternativa quando algum dos membros mostrar dificuldade em pagar a dívida; e mesmo que um membro não pague, os demais membros pagarão, a segurança maior para o banco torna-se evidente. Relatórios do BNB denotam que tal metodologia vem sendo bem sucedida em programa de microcrédito os quais a algum tempo já se tornou o maior do Brasil.

A sustentabilidade das instituições operadora de microfinanças é outro ponto importante no debate aqui em voga, e por isso, fruto de preocupações dos gestores públicos e estudiosos do tema. A preocupação, nesse sentido, é de que os produtos no âmbito das IMFs sejam oferecidos aos excluídos dos serviços bancários e de forma contínua e sustentável; ou seja, não necessite de recursos de doações, seja do governo ou de outra entidade qualquer, objetivando a cobertura total dos custos operacionais. E que, portanto sejam cobertos por receitas próprias, de modo especial pela cobrança de juros, que tendem a serem altos dados os custos operacionais serem grandes, isto porque, entre outros motivos, o volume de crédito médio é baixo e muitas vezes as IMFs acaba exercendo o papel também de consultoria empresarial dado o baixo nível de conhecimento técnico e gerencial dos tomadores de empréstimos.

De acordo com Meyer (2002), a sustentabilidade pode ser enquadrada em duas fases: a sustentabilidade operacional e a sustentabilidade financeira. No primeiro caso a receita operacional é suficiente para cobrir os custos de funcionamento da IMF, inclusive salários, perdas de empréstimos e outras despesas administrativas. Já o segundo caso, encontra-se no nível mais elevado tendo em vista que além das despesas operacionais, pode cobrir as despesas com os fundos e com outras formas de subsídios recebidos quando avaliados a taxas de mercados. Desse modo, alcançar essas duas fases é necessário para as instituições microfinanceiras firmarem-se no mercado.

Alguns trabalhos avaliam a possibilidade da existência de um *trade-off* entre a busca da sustentabilidade das instituições de microcréditos e a focalização nos mais pobres; isto porque algumas medidas que buscam a sustentabilidade pode gerar desvio no foco. Um exemplo de uma dessas medidas é o aumento do volume médio de empréstimo como forma de aumentar a receita média. O aumento no empréstimo médio pode acabar por conduzir os recursos das IMFs aos empresários com necessidades de capitais maiores que os das camadas considerados como alvo das políticas de microcréditos, desvirtuando o principal foco das políticas do pequeno crédito.

A tal respeito, buscando elucidar essa dúvida, Hulme e Mosley (apud Passos, 2002a), elaborou um estudo através do qual os autores mostrou não existir, na amostragem considerada em seu trabalho, uma correlação significativa entre sustentabilidade e perda do foco nos mais pobres. Por outro lado, os elaboradores apontam que as instituições na busca da sustentabilidade tendem a direcionar seus esforços nos moderadamente pobres excluindo, desse modo, o núcleo duro da pobreza; confirmando parcialmente a existência de um *trade-off*.

Ao que parece, existem alguns entraves para o sucesso das IMFs, principalmente relacionada as suas dificuldades administrativas pertinente a custos e operacionalidade, tais como: baixo valor médio de empréstimos; quantidade de funcionários mais elevadas, já que o crédito deve ir ao encontro dos clientes potenciais através dos agentes de créditos; informação incipiente sobre os clientes; dificuldade de fazer exigência de garantias reais, entre outros. Entretanto, essas dificuldades parecem pequenas perto do benefício que as políticas voltadas para a ampliação do microcrédito pretendem resolver, e tudo leva a crer que por esses motivos muitos governantes tem se esforçado para incentivar as

instituições que trabalham com baixo nível médio de crédito, inclusive envolvendo-se diretamente com IMFs, o que tem sido ponto de críticas na literatura.

Conforme Passos (2002a), na realidade, a maioria das críticas feitas a intervenção governamental nas IMFs, não estar relacionada a criação de um quadro institucional apropriado ao sucesso das IMFs e/ou na disponibilização de fundos objetivando a estruturação das instituições de microfinanças; esta ligado sim ao envolvimento direto das instituições oficiais junto às IMFs.

Na realidade, de modo geral, existe uma íntima relação entre as questões relacionadas a sustentabilidade, exigências de garantias e a focalização. Quando o setor microfinanceiro busca a minimização das exigências de garantias estar, na realidade, tentando alcançar os mais pobres; ao passo que, como visto, quando focaliza nos mais pobres surge as dúvidas quanto a possibilidades da não sustentabilidade da IMF, pelos motivos já abordados. É nesse contexto que a focalização, a exigência de colaterais e a sustentabilidade das operadoras do pequeno crédito tornam-se o tripé das IMFs que visam reduzir os índices de pobreza possibilitando o acesso ao crédito para pobres que pretendem desenvolver uma atividade produtiva.

Partindo do pressuposto que se quer atingir os excluídos do sistema financeiro tradicional, a preocupação com a focalização deve ser, de fato, assim como os demais elementos da tríade, componente de atenção especial nas políticas de crédito. Amin, Raí e Topa (Apud Passos, 2002a), por exemplo, chama a atenção para a importância do público-alvo estar bem definido, e por outro lado, para atingir o público pretendidos os critérios de concessão de créditos são de suma importância. O Gramenn e o Brac, de Brangladesh, aparecem como exemplos eficientes de focalização.

Botelho e Ribeiro (2006) a partir de uma pesquisa de campo com sete instituições de microfinanças do estado de Minas Gerais, observou que tais instituições apresentam características que as aproximavam bastante do sistema bancário tradicional, uma vez que operam com taxas de juros, formas de garantias e destinações das aplicações, que se assemelham aos estabelecimentos de créditos tradicionais, o que acaba por repercutir na questão da focalização nos mais pobres, distanciando-se do principal objetivo das políticas de incentivo ao microcrédito mais acessível, isto é, o combater a pobreza por meio de uma maior acessibilidade ao pequeno crédito.

Em outro trabalho, feito a partir de nove programas de microcrédito brasileiro executado no âmbito local⁷, Caldas (1999) observou a inexistência de programas direcionados microempreendedores iniciantes (menos de seis meses de atividade), o que segundo ele enfatiza a reforça a idéia de que os programas de microcrédito não devem ser vistos como substitutos de outros programas de proteção social, sendo na verdade complementar a estes, o autor frisa ainda que tais programas tenham que estar bem focalizados, para não haver confusão de objetivos e público alvo.

Ao que parece, não é tarefa fácil conseguir alcançar os mais pobres. A seleção adversa associada à assimetria de informação, característica típica do setor são atributos que tendem a dificultar ainda mais o objetivo focalizador. Quando pensamos em economias com fortes desníveis sociais, marcado por uma grande desigualdade de renda, como é o caso dos países latino-americanos, tal situação se agrava ainda mais e as taxas de juros praticadas pelas IMFs tendem a ser ainda mais altas.

Contudo, por outro lado, não de menor importância é a possibilidade da existência do risco de perda do foco nos mais pobres ao passo que as instituições especializadas no tema se expandam. Assim, um crescimento do setor poderia induzir para algumas mudanças a gerarem custos de transações mais onerosas para as IMFs que podem ser repassados para o tomador de empréstimos e repercutir no foco. Ou seja, a expansão do setor pode conduzir ao acesso a fundos comerciais ou mobilizar poupança de clientes para empréstimos, de modo que tais recursos induzissem a aumento dos custos financeiros das IMFs. Os aumentos dos custos poderiam levar ainda a um aumento no

⁷ Os programas selecionados para a pesquisa foram: PortoSol (Porto Alegre), Banco da Mulher, Mãos de Minas, CEAPE/PE, CEAPE/PB, Caixa do Povo, ORGAPE, MOC, APAEB.

empréstimo médio, o que provocaria uma maior receita média como forma de compensação de aumento nos custos, porém essa decisão implicaria na focalização (Passos, 2002a).

Porém, a focalização nos mais pobres deve ser buscada sobre pena das políticas de combate a pobreza por meio do financiamento do pequeno produtor ter seus objetivos frustrados. Se desejar atingir essas camadas sociais da população deve-se iniciar pelo treinamento dos agentes de crédito e os objetivos dos programas os quais esses agentes representam deve estar bem claros para eles. Do mesmo modo, o público alvo deve estar bem definido, que por sua vez, embora estejam classificados como pobres, deve ter claro que os créditos a sua disposição são recursos com finalidade produtiva e devem ser reembolsados. A cultura do empréstimo não reembolsável, ou em outras palavras, os empréstimos a “fundo perdido” deve ser suprimida.

Por fim, focalização, exigências de colaterais e sustentabilidade são três elementos que devem ser tratados conjuntamente no âmbito das microfinanças, não sendo possível serem pensados separadamente. A participação do estado deve ser constante nesse processo haja vista ser uma política de estado visando combater a pobreza; e por outro, a ausência deste pode acarretar desvio dos objetivos a que se destinam tais políticas. No entanto, a participação direta nas IMFs, inclusive com subsidiador, deve ser pensada apenas nos primeiros anos de existência do programa, e mesmo no início a IMF já deve caminhar para a sustentabilidade. Assim, passado essa fase inicial, a participação do estado deve ser sintetizada e pode desenvolver formas de atuação no processo que ajudem a garantir o princípio da focalização nos mais pobres com fins de combate a pobreza.

3. Programa Crediamigo e modelo de análise proposto

3.1 O programa Crediamigo

No Brasil, o microcrédito teve sua origem relacionada ao programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), em 1973. Essa associação civil sem fins lucrativos foi criada especificamente para desenvolver um programa de crédito e capacitação para micro-empresendimentos populares, particularmente no setor informal. Isso exigiu novas formas de análise de crédito, uma vez que o programa estava direcionado para um público sem garantias reais e sem acesso a crédito bancário e outros serviços, como capacitação e assistência técnica. Nessa linha, ao longo dos anos 80, surgiram outras iniciativas, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Brasil – Estimativa da Atividade total de microfinanças (2000)

Instituições	Clientes ativos de microempréstimos	Carteira de empréstimos (milhões de R\$)	Número de MFIs
MFIs financiadas pelo BNDES	29.775	25	24
CEAPE-MA	2.111	2,8	1
Banco do Nordeste	36.786	8,9	1
Banco do Povo	2.029	3,7	1
Outras MFIs*	6.000	3,0	20
Total de MFIs no Brasil	76.701	43,4	47

Fonte: BNDES (2000)

*Não se tem certeza sobre o número exato das outras MFIs, mas estima-se que seja em torno de 20. Elas são em sua maioria MFIs menores, criadas pelo governo. Esse gráfico estima uma média de 300 clientes cada e um tamanho de empréstimo de R\$500.

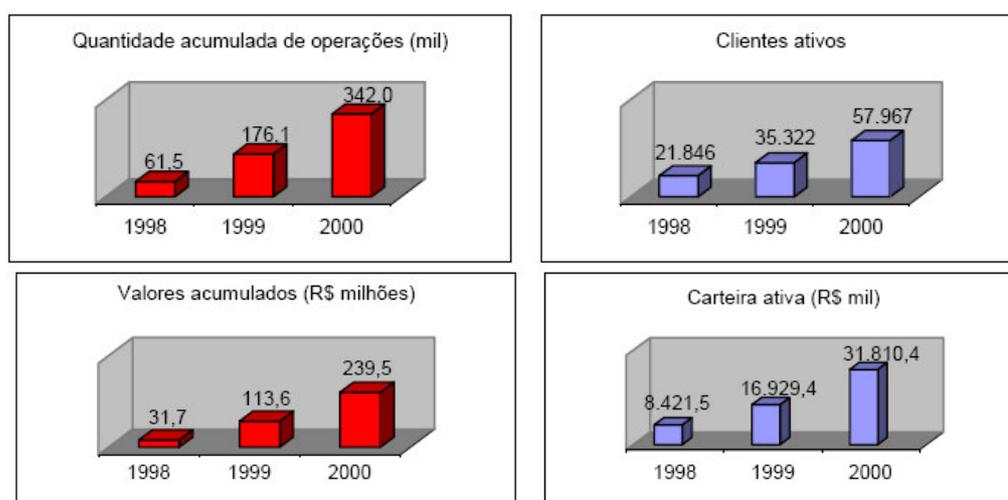
Dentre os programas listados, destaca-se, seja pelo número de clientes ou pelo valor da carteira, o programa Crediamigo do BNB, iniciado em 1998.. O perfil dos clientes do programa é marcado por clientes que trabalham por conta própria em negócios pequenos. A maior parte dos clientes tem atividades na atividade comercial; que representava, em 2000, 84% do total, seguido pela atividade industrial, com 12% do total. Em 2007, os participações passaram a ser de 92% e 2%, respectivamente. Com relação ao nível educacional a maior parte dos clientes tem pouca ou nenhuma escolaridade. A participação dos clientes com nível superior representava apenas 1,8%, em 2000, e 4% em 2007.

Na sua operação, a exemplo de outros programas similares, o Crediamigo utiliza o aval solidário como forma de garantia para concessão de créditos. O BNB; no modelo de concessão, também oferece capacitação gerencial para os tomadores. A operacionalização do programa, incluindo os assessores de crédito, é realizada de forma autônoma das demais atividades do banco.

Atualmente o programa dispõe dos seguintes produtos: i) Giro Popular Solidário, que proporciona capital de giro para empreendedores com pelo menos 1 ano de atividade, ii) Crediamigo Comunidade, destinado ao financiamento de capital de giro e pequenos equipamentos para a população de áreas urbanas e semi-urbanas, comerciantes, prestadores de serviços, vendedores ambulantes e pequenos fabricantes, ou aqueles que desejem iniciar suas atividades, iii). Giro Solidário, que disponibiliza capital de giro para empreendedores, com valores acima de R\$ 1.000, iv). Giro Individual, que fornece capital de giro para clientes com experiência anterior no Crediamigo, e v) Investimento Fixo, que permite aos clientes do Crediamigo, investimentos cujos valores variam de R\$ 100,00 a R\$ 5.000,00.

Observando em perspectiva temporal, o programa apresentou um expressivo crescimento logo nos três primeiros anos de atuação, chegando em 2000 com um total de R\$ 239,5 milhões de aplicações, relativo a 342 mil contratos, o que representa taxas de crescimento de mais de 700% nas aplicações e mais de 500% nas operações no período. À época já havia cerca de 58.000 clientes ativos, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Nordeste - Resultados acumulados do Crediamigo, 1998 a 2000.



Fonte: BNB

Em 2001, segundo dados do BNDES⁸, o Nordeste detinha mais de 72% dos clientes ativos do Brasil. O valor médio emprestado era de R\$ 598,00 inferior a media nacional que ficou em torno de R\$ 875,00. Isso mostra que o programa no nordeste apresentava uma focalização nos mais pobres. Nesse período, o Crediamigo representava mais de 70% do mercado nordestino, já com 85.309 clientes ativos. Até maio de 2002, o programa havia alcançado, segundo Valente (sd), a expressiva marca de 721 mil empréstimos concedidos, beneficiando pessoas de baixa renda com recursos da ordem de R\$ 540 milhões, com 164 unidades de negócios e 55 postos de atendimento.

A agregação dos dados por estado dá um retrato da distribuição espacial do Crediamigo. Desde a implantação do programa até 2007 o estado que mais teve clientes atendidos foi o Ceará, seguido pela Bahia e Pernambuco respectivamente. Considerando-se o atendimento em relação à população, o estado de Sergipe foi o maior beneficiado com o programa seguido pelo Ceará e Piau, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Nordeste – Atendimentos do Crediamigo, população e indicador de pobreza, por Estado, de 1998 a 2007.

GERÊNCIA DE MICROFINANÇAS	CLIENTES ATENDIDOS	DESEMBOLSADOS (R\$ MILHÕES)	POPULAÇÃO JUN/2006	POBREZA EM 2000	ÍNDICE DE * PROPORCIONALIDADE CLIENTES/POPULAÇÃO
AL-Alagoas	48.247	221,9	3.037.715	62,24	1,588
BA-Bahia	113.874	542,7	13.914.496	55,32	0,818
CE-Ceará	180.203	765,8	8.217.085	57	2,193
MA-Maranhão	79.455	473,7	6.184.538	66,81	1,285
PB-Paraíba	62.229	268,4	3.623.215	55,26	1,718
PE-Pernambuco	89.646	355,4	8.502.603	51,31	1,054
PI-Piauí	62.774	346,4	3.030.444	61,81	2,071
RN-Rio Grande do Norte	49.971	198,2	3.040.612	50,63	1,643
SE-Sergipe	45.332	175,2	2.000.738	53,99	2,266

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BNB e IPEA

* Razão entre número de clientes atendidos e a população, em seguida multiplicado por 100.

⁸ Fonte: BNDES – Programa de Desenvolvimento Institucional / Entendendo as microfinanças no Contexto Brasileiro

Partindo da idéia de que a concessão de microcrédito é uma estratégia relevante de combate a pobreza, pode-se analisar uma evidência a partir dos dados da Tabela 1. Os estados com maiores indicadores de pobreza em 2007 eram Maranhão e Alagoas. Observa-se, entretanto, que estes não foram os estados mais atendidos, seja em termos absolutos ou em termos relativos. Mas essa observação deve ser melhor qualificada, em virtude até mesmo do reduzido número de observações. Desse modo, buscou-se trabalhar a partir dos dados municipais, onde podem ser obtidas informações mais realistas da realidade de atendimento do programa.

3.2 Modelo de análise

O modelo proposto utiliza o método de estimação de mínimos quadrados ordinários, em *cross section*, a partir de uma base de dados de 1243 municípios nordestinos, para o ano de 2000. A variável dependente é o índice de pobreza. Como variável explicativa, considerou-se a concentração de renda e o tamanho econômico, como apresentado por Diniz e Arraes (2006), além de transferências governamentais e educação, conforme proposto na literatura sobre o assunto⁹. A partir dessa equação básica, foi incluído como variável explicativa o microcrédito, buscando captar a influência deste sobre os indicadores de pobreza nos municípios do nordeste brasileiro.

A concentração de renda nos municípios (*GINI*) esta representada nos modelos pelo índice de *Gini*. Para representar o tamanho econômico utilizou-se o PIB municipal (*PIB*). As transferências governamentais (*TR*), também indicadoras do tamanho, foram representadas pelas transferências de aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio. Para educação utilizou-se como *proxy* o índice de desenvolvimento humano – educação (*IDH-E*), obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência escolar nos municípios. Por fim, para representar o microcrédito concedido pelo programa Crediamigo do BNB, foram utilizadas duas *proxies*. A primeira variável considera o volume de microcrédito acumulado (*EMP*), entre os anos de 1998 a 2000. A segunda considera a quantidade de clientes atendidos (*CL*), entre os anos de 1998 a 2000.

Em resumo, foram analisados os efeitos sobre a pobreza (*POB*) dos municípios nordestinos decorrentes da concentração de renda (*GINI*), do tamanho econômico, representado pelo PIB (*PIB*) ou pelas das transferências governamentais (*TR*), da educação (*IDH-E*) e, sobretudo do microcrédito, representado pelo volume emprestado (*EMP*) ou pelo número de clientes (*CL*). A análise envolveu a estimação de cinco equações.

A primeira equação considerada segue o mesmo padrão da utilizada por Diniz e Arraes (2006), contemplando apenas duas variáveis explicativas da pobreza; ou seja, o tamanho econômico e a concentração de renda.

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_3 PIB + \mu \quad (1)$$

A segunda equação incorporou o índice de desenvolvimento humano – educação como *proxy* da educação objetivando avaliar se esta geraria um modelo com capacidade explicativa nas variações da pobreza maior que o da equação (1). Rocha (1995) reforça que no combate a pobreza o acesso a educação de boa qualidade por parte dos mais pobres é imprescindível.

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_2 PIB + \beta_3 IDH-E + \mu \quad (2)$$

A variável transferências governamentais (*TR*) foi avaliada nas equações (3), (4) e (5). Nessas equações, a variável *TR* não foi utilizada conjuntamente com o *PIB*, uma vez que ambas representam, no modelo de análise, a mesma variável, indicativa do tamanho, o que poderia gerar multicolinearidade

⁹ Para ver os achados de outros trabalhos a respeito da influência de tais variáveis na pobreza consultar: Soares *et al* (2006), Diniz e Arraes (2006), Amadeo *et al* (1994) e Rocha (1995).

nos modelos. Tal suposição é bastante razoável já que cidades com PIB maior pressupõem maior volume de pessoas empregadas e que, portanto tenderam naturalmente a se aposentar; gerando um aumento nas transferências governamentais. Do mesmo modo, um maior volume de atividade econômica pressupõe maior número de pessoas circulando no mercado de trabalho e, portanto, propensos ao recebimento de seguro-desemprego. A terceira equação considera então o modelo da equação (2), mas com utilização das transferências governamentais.

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_2 TR + \beta_3 IDH-E + \mu \quad (3)$$

Na quarta e na quinta equações, utilizou-se o modelo da equação (3), buscando captar o efeito do microcrédito sobre a variação na pobreza. Foram utilizadas duas variáveis representativas do microcrédito. Na equação (4) foi incluído o volume de microcrédito concedido (EMP). Na equação (5) foi incluído o número de clientes atendidos (CL) como variável dependente. Embora as duas variáveis citadas acima representem o microcrédito, a utilização de ambas separadamente objetiva averiguar se o volume de crédito concedido responde de forma diferenciado ao número de clientes atendidos nos modelos considerados.

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_2 TR + \beta_3 IDH-E + \beta_4 EMP + \mu \quad (4)$$

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_2 TR + \beta_3 IDH-E + \beta_4 CL + \mu \quad (5)$$

No modelo proposto, a literatura aponta os efeitos esperados dos coeficientes. Com relação à concentração de renda, espera-se um efeito diretamente proporcional. Ou seja, quanto maior a concentração de renda, maior a pobreza. Se houver uma maior concentração das riquezas municipais, mais pessoas ficarão alheias ao processo aos benefícios econômicos existentes ou em expansão.

No caso do tamanho econômico dos municípios, representado pelo Produto Interno Bruto, espera-se uma relação inversamente proporcional. Um aumento na atividade produtiva deve ser acompanhado de geração de emprego e renda, reduzindo a pobreza. Da mesma forma o esperado para as transferências governamentais é mostrar um sentido inverso em relação à pobreza. As transferências governamentais são sem dúvida a forma mais imediata de subsidiar os mais pobres e proporcionar-lhes alguma forma de renda, propiciando a redução da pobreza, como mostram Soares *et al* (2006).

Quanto ao índice de desenvolvimento humano – educação, também espera-se que apareça com sinal negativo. Uma população com maior nível educacional deve ter um melhor aproveitamento das oportunidades, aumentando as chances de ter remunerações mais altas e reduzindo a pobreza. Segundo Amadeo *et al* (1994) a educação tem forte influência na desigualdade de renda no Brasil.

Por fim, com relação ao microcrédito, espera-se que este tenha sinal negativo. A idéia é que com a concessão de pequenos créditos produtivos, os mais pobres, excluídos do sistema financeiro tradicional, possam ter uma ocupação, proporcionando-lhe renda continuada e assim atravessem a linha de pobreza no sentido dos não pobres. Desse modo, um aumento na concessão de microcrédito contribuiria na redução da pobreza, na linha dos defensores do combate a pobreza por meio da concessão de microcrédito produtivo.

As equações apresentadas são estimadas a partir de três cortes. Inicialmente, utilizando a amostra completa, objetiva-se analisar os resultados gerais, a partir dos sinais esperados. No segundo corte, são trabalhadas as estimações por porte dos municípios, a fim de verificar se há distinção dos efeitos de acordo com o tamanho destes. No terceiro corte, trabalha-se somente com os municípios sede das agências, para observar se os efeitos se concentram no entorno de tais municípios.

4. Aplicação do modelo proposto para avaliação do programa Crediamigo

4.1 Base de dados

Os dados utilizados nessa pesquisa foram obtidos a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), sendo este último a fonte das informações relativas ao volume de microcrédito concedidos por município nordestino bem como os números de clientes atendidos.

As variáveis utilizadas foram definidas da seguinte forma:

- i) Pobreza, pessoas pobres (*POB*) – percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
- ii) Índice de Gini (*GINI*) – mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).
- iii) PIB Municipal (*PIB*) – deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional - Fontes: Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1999-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. As estimativas do PIB a custo de fatores e a preços básicos são iguais à soma dos setores: agropecuária, indústria e serviços. Conceito utilizado antes de 1999: a custo de fatores. A partir de 1999 o conceito do PIB utilizado é o de preços de mercado, neste período deve ser acrescentado a *dummy* financeira e os impostos sobre produtos. Para os anos censitários de 1970 a 1996, elaborado pelo IPEA¹⁰. Para dados anteriores a 1999 as estimativas do PIB das atividades em nível municipal não são consistentes com aquelas em nível estadual e nacional. O problema se deve à utilização de metodologias distintas.
- iv) Renda de transferências governamentais (*TR*) – equivale à participação das rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc) na renda total do município. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.
- v) Índice de Desenvolvimento Humano – educação (*IDH-E*) - sub-índice do IDH relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices por: (valor observado - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é a média desses dois índices, com peso dois para taxa de alfabetização e peso um para taxa bruta de frequência. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.
- vi) Empréstimos (*EMP*) – volume de microcrédito acumulada nos anos de 1998, 1999 e 2000, concedidos pelo programa Crediamigo do BNB. Os empréstimos

¹⁰ Para ver metodologia do PIB Municipal de 1970 a 1996 acessar:

http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=947061867&Tick=1217254475812&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28127%29&Mod=R

concedidos nesse período poderiam chegar a R\$ 4.000,00 por cliente, embora atualmente essa margem seja bem maior. Os valores de 1998 e 1999 foram deflacionados para o ano de 2000 através do IGP-M.

vii) Clientes atendidos (*CL*) – números total de pessoas que obtiveram crédito através do programa Crediamigo nos anos de 1998, 1999 e 2000.

Os dados referentes ao ponto médio e dispersão de todas as variáveis utilizadas está resumido na Tabela 2. Foram utilizados dados de 1243 municípios, que correspondem àqueles sob a jurisdição do Banco do Nordeste.

Tabela 2: Nordeste – Resumo das estatísticas descritivas das variáveis empregadas, 2000.

Variáveis	Média	Mediana	Amplitude	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<i>POBREZA (%)</i>	69,28	70,88	90,28	10,39	2,74	93,02
<i>GINI</i>	0,576	0,569	0,437	0,053	0,358	0,795
<i>PIB (mil R\$ de 2000)</i>	99.916,32	20.060,84	9.774.934,32	571.407,69	1.785,19	9.776.719,51
<i>TRANSFERÊNCIAS (R\$)</i>	2.277,28	713,95	251.585,84	11740,41	33,38	251619,23
<i>IDH-E</i>	0,613	0,609	0,383	0,052	0,479	0,862
<i>EMPRÉSTIMOS (R\$)</i>	295.459,45	41.239,91	20.901.825,67	1.252.920,78	322,86	20.902.148,53

Fonte: BNB e IPEA.

Sobre o trabalho com a variável microcrédito é importante mencionar que o BNB só dispunha do volume de empréstimos concedidos por agência. Desse modo, a distribuição do volume de créditos por municípios se deu mediante ponderação pelo PIB municipal de acordo com a jurisdição de cada agência. Foram também feitas simulações supondo que o volume de crédito concedido pelas agências foi integralmente adquirido por residentes dos respectivos municípios sede das agências. Esse trabalho com os dados foi realizado em diferentes cortes, de acordo com a forma de estimação anteriormente.

4.2 Análise dos resultados

As estimações foram feitas a partir de três cortes: i) com a amostra completa, ii) com amostras de acordo com o porte dos municípios, e iii) com a amostra formada pelos municípios sede das agências. Na estimação, realizada com a amostra completa, foram consideradas as equações (1), (2), (3) e (4). Os resultados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Nordeste - Determinantes da pobreza, para todos os municípios, 2000.

POB	(1)	(2)	(3)	(4)
Constante	57.50886*** (24.03220)	140.7272*** (58.57773)	138.5378*** (56.93177)	140.7738*** (58.57373)
GINI	25.91017*** (6.225851)	28.68077*** (11.05314)	32.09283*** (12.26348)	28.72992*** (11.06780)
PIB	-5.49E-05*** (-21.86826)	-1.92E-05*** (-10.93776)	(-)	-1.81E-05*** (-8.023976)
TR	(-)	(-)	-0.000892*** (-11.86244)	
IDH-E	(-)	-141.5921*** (-44.18822)	-140.7126*** (-44.43760)	-141.7156*** (-44.17356)
EMP	(-)	(-)	(-)	-2.71E-07 (-0.829370)

Nº Observações	1243	1243	1243	1243
R ² Ajustado	0.281928	0.721015	0.725278	0.720945
Teste F	244.8163	1070.950	1093.977	803.1819

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos estimadores. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Os resultados da estimação (1) mostram que os coeficientes das variáveis *GINI* e *PIB* apresentam-se conforme o esperado. Ou, quanto maior a concentração da renda, pior a mais acentuada deve ser a pobreza. E quanto maior o tamanho do município, menor será a pobreza. Na estimação (2) os resultados iniciais são mantidos e a variável *IDH-E* aparece conforme esperado. Ou seja, nos municípios onde se observa um melhor nível educacional médio, menor tende a ser a pobreza. Essa equação apresenta um *melhor* poder explicativo, observando-se a partir do coeficiente de determinação que passa de 0,28 para 0,72.

Na estimação (3), a representação do tamanho é feita pela variável transferências (*TR*). Mantêm-se não apenas os efeitos esperados mas também o poder de explicação observado na estimação (2). Na estimação (4), foi acrescentada a variável microcrédito, através do volume de empréstimos concedidos (*EMP*) à estimação (2). Os resultados anteriores se mantiveram para todas as variáveis. Para a variável incluída *EMP*, não foi obtido um coeficiente significativo. Assim, a priori, o resultado mostra que a elevação do microcrédito não teria impacto sobre a redução da pobreza¹¹.

Para qualificar esse resultado, foram feitas investigações adicionais. Em primeiro lugar, considerando que não se verificou homocedasticidade na estimação, buscou-se trabalhar com cortes de dados considerando municípios com características mais próximas entre si. Depois, fez-se uma análise adicional considerando apenas os municípios onde existem agências do BNB que atua com o programa Crediamigo.

4.2.1 Corte por tamanho econômico

Nessa estratificação foi considerado o tamanho econômico; de modo que, primeiro levou-se em conta os municípios com produto interno bruto menor que R\$ 50 milhões. Em um segundo conjunto de equações contemplou os municípios com PIB de R\$ 50 a R\$ 100 milhões. Por fim, tendo em vista que ao considerar produtos internos brutos maiores ocasionam uma redução significativa no número de observações, os dois últimos conjuntos de equações, para não ocasionar amostras significativamente pequenas, contemplam municípios em um intervalo do PIB maior que os anteriores, ou seja: i) entre R\$ 100 milhões e R\$ 200 milhões e ii) de R\$ 200 milhões a R\$ 500 milhões.

No primeiro corte, para dos municípios com PIB menor que R\$ 50 milhões, foram eliminados os *outliers* Fernando de Noronha e Toritama, ambos nos estado de Pernambuco, em virtude de tais municípios apresentaram proporções de pobres bastante distintas dos demais. Mesmo assim, os resultados não foram conclusivas, devido a problemas de normalidade e autocorrelação serial. Isso também ocorreu no terceiro corte, para os municípios com PIB entre R\$ 100 milhões e R\$ 200 milhões.

No segundo corte, para os municípios com PIB entre R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, foi possível, a partir de uma amostra de 114 municípios, obter resultados mais confiáveis¹², que estão apresentados na Tabela 4.

¹¹ É importante mencionar que não foi rejeitada a hipótese de heterocedasticidade, mesmo com a utilização do método dos coeficientes de variância de White.

¹² No conjunto de equações exposto na tabela 10 realizaram-se provas objetivando a constatação da violação de algum pressuposto básico do modelo econométrico. Desse modo, foi aplicado a o teste de White, o teste de Breusch-Godfrey e a prova de Jarque-Bera; para vitrificar respectivamente se os modelos eram homoscedasticidade, se os resíduos estavam distribuídos normalmente e se os mesmos tinham autocorrelação serial, nesse último caso avaliado até a segunda ordem. Os resultados finais indicaram que nenhuns dos pressupostos foram violados.

Tabela 4: Nordeste - Determinantes da pobreza, para os municípios com PIB entre R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, 2000.

POB	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Constante	62.98292*** (6.923961)	119.4234*** (14.07753)	115.2785*** (13.54997)	114.3132*** (13.33463)	112.0407*** (13.19393)
GINI	21.55749 (1.539315)	26.31619*** (2.626277)	29.45837*** (2.923007)	30.37426*** (2.998659)	34.62917*** (3.400932)
PIB	-0.000134** (-2.316947)	-2.78E-05 (-0.651701)	(-)	(-)	(-)
TR	(-)	(-)	-0.000870* (-1.731636)	-0.000996* (-1.916108)	-0.000916* (-1.853852)
IDH-E	(-)	-94.68645*** (-10.35745)	-91.37038*** (-9.942124)	-90.74265*** (-9.843513)	-92.47553*** (-10.22043)
EMP	(-)	(-)	(-)	1.21E-06 (0.946079)	(-)
CL	(-)	(-)	(-)	(-)	0.000455** (2.198637)
Nº Observações	114	114	114	114	114
R² Ajustado	0.046981	0.513132	0.524222	0.523768	0.540247
Teste F	3.785288	40.69863	42.50191	32.06979	34.19597

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos estimadores. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Como anteriormente, os coeficientes aparecem com sinal esperado, sendo o efeito com relação a pobreza positivo no caso da maior concentração da renda e negativo no caso da elevação do PIB, como mostra a estimação (1). Também como colocado anteriormente, a inclusão da variável educação entra negativamente, conforme o esperado e aumenta o poder explicativo, considerando-se o coeficiente de determinação (R^2), que passa para 0,51, conforme pode ser visto na estimação (2). Pode-se observar ainda que, a partir das estimações (2) e (3), como anteriormente, as variáveis de tamanho geram resultados próximos e dentro do esperado. A variável *TR* aparece com sinal negativo e significativa a 10%.

Observando-se esse aspecto, de representatividade em relação ao tamanho, e considerando-se que as transferências têm um impacto mais direto com a pobreza, por representarem injeção direta de renda, optou-se por utilizar a estimação (3) como base, a partir da qual foi analisado o efeito do microcrédito.

Na estimação (4) foi considerado o volume de empréstimos de microcrédito. Os resultados da estimação (3) se mantiveram, mas a variável microcrédito não se mostrou significativa. Na estimação (5) foi considerada a quantidade de clientes que tomaram empréstimos no programa de microcrédito. Os resultados da estimação (3) se mantiveram e a variável microcrédito apareceu significativa, mas com sinal contrário ao esperado.

Nas estimações para o quarto corte, dos municípios com PIB entre R\$ 200 milhões e R\$ 500 milhões, não foram verificadas violações dos pressupostos básicos. Os resultados, obtidos de uma amostra de 41 municípios, estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Nordeste - Determinantes da pobreza, para os municípios com PIB entre R\$ 200 milhões e R\$ 500 milhões, 2000.

POB	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Constante	55.29480*** (3.852693)	110.5109*** (6.844030)	98.21714*** (6.308028)	92.96179*** (5.940240)	93.56666*** (6.168910)
GINI	2.481104 (0.107777)	7.604514 (0.415389)	21.96750 (1.248677)	26.08883 (1.493589)	23.16521 (1.367260)
PIB	-1.47E-05 (-1.227751)	-6.62E-08 (-0.006651)	(-)	(-)	(-)
TR	(-)	(-)	-0.000512** (-2.606759)	-0.000715*** (-3.071747)	-0.000457** (-2.390902)
IDH-E	(-)	-80.27847*** (-4.826110)	-71.29028*** (-4.761660)	-67.45596*** (-4.527743)	-68.53981*** (-4.734721)
EMP	(-)	(-)	(-)	8.59E-07 (1.554925)	(-)
CL	(-)	(-)	(-)	(-)	0.000414* (1.985754)
Nº Observações	41	41	41	41	41
R² Ajustado	0.039539	0.362787	0.461655	0.481523	0.501323
Teste F	0.782171	8.591115	12.43394	10.28724	11.05307

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos estimadores. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Na estimação (1), os coeficientes representativos do grau de concentração e do tamanho econômico não se mostraram significativos. A inclusão da variável educação, na estimação (2), aparece negativamente, conforme o esperado, conferindo algum poder explicativo à estimação, que mantém não significativas as outras duas variáveis. Na estimação (3), o grau de concentração permanece não significativo, mas a variável transferências, representativa do tamanho, aparece significativa e com sinal esperado, assim como a variável educação. Essa estimação apresenta um coeficiente de determinação (R^2) de 0,46, superior ao da estimação (2).

Com a inclusão do volume de microcrédito na estimação (4), os resultados da estimação (3) praticamente se mantiveram, mas esta variável não se mostrou significativa. Na estimação (5), considerando a quantidade de clientes que tomaram empréstimos no programa de microcrédito, os resultados da estimação (3) se mantiveram e a variável microcrédito apareceu significativa, mas, mais uma vez, com sinal contrário ao esperado.

Em resumo, os resultados esperados das demais variáveis se mantiveram conforme o esperado após a inclusão da variável microcrédito. Esta variável, contudo, apresentou-se não significativa, quando se considera o volume de microcrédito, ou com sinal contrário ao esperado, quando se considera o número de clientes que participam do programa. Desse modo, não foram encontradas evidências de que o aumento do microcrédito contribuiu para a redução da pobreza nos municípios nordestinos.

4.2.2 Corte por cidade sede da agência

Nessa estratificação foram consideradas na amostra apenas as cidade sede das agências do BNB que operam com o programa Crediamigo, assumindo que em tais cidades ocorria o consumo do crédito do programa em sua jurisdição. Isso significa dizer que a grande maioria dos clientes de microcrédito do BNB tinha seus negócios na própria cidade onde estava a agência concedente do crédito. Essa suposição é bastante razoável por alguns motivos.

Primeiro porque no ano de 2000, período base desse trabalho, o Crediamigo ainda estava dando seus primeiros passos, e estava em fase de conquistas de seus primeiros clientes. É provável que este fosse mais conhecido no município onde estava localizado, já que a própria existência do prédio da agência na cidade já representa um marketing local, e da mesma forma, a proximidade dos clientes é um fator relevante nesse negócio.

Segundo, as agências do Crediamigo são estrategicamente localizadas onde estão seus clientes potenciais. São cidades onde geralmente existe o maior número de microempreendimentos da jurisdição, locais onde o potencial empreendedor se destaca em relação às demais cidades onde não há agências. Por fim, se considerarmos que, em 2000, segundo relatório do próprio banco, o programa atendeu, aproximadamente, somente três municípios por agências, e observado que dentre as três, a agência sede estava onde apresentava maior potencial empreendedor, podemos afirmar, com pouca margem de erro, que a grande maioria dos clientes estavam nas cidades pólos. Os resultados¹³, obtidos de uma amostra de 96 observações, estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6: Nordeste - Determinantes da pobreza, para os municípios que possuem agência do BNB com programa Crediamigo, 2000.

POB	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Constante	31.99541** (2.158916)	128.2818*** (10.89348)	122.6593*** (10.66973)	117.9319*** (10.18721)	117.8715*** (10.35326)
GINI	39.30429 (1.616080)	50.74268*** (3.431272)	55.98497*** (3.817221)	56.49049*** (3.910106)	54.96573*** (3.841954)
PIB	-3.62E-06*** (-6.604837)	-7.04E-07* (-1.742920)	(-)	(-)	(-)
TR	(-)	(-)	-4.96E-05*** (-2.738015)	-3.19E-05 (-1.595537)	-1.82E-05 (-0.828877)
IDH-E	(-)	-136.9674*** (-12.66797)	-133.4509*** (-13.17743)	-126.6475*** (-11.99197)	-124.9244*** (-11.90530)
EMP	(-)	(-)	(-)	-3.03E-07* (-1.960110)	(-)
CL	(-)	(-)	(-)	(-)	-0.000904** (-2.401985)
Observações	96	96	96	96	96
R ² Ajustado	0.304799	0.743923	0.755399	0.762729	0.767455
Teste F	21.82552	92.99399	98.79587	77.34639	79.38067

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos parâmetros. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Na estimação (1), a variável tamanho aparece com sinal negativo, conforme esperado, mas o grau de concentração mostra-se não significativo. Na estimação (2), o tamanho continua com sinal negativo, o grau de concentração aparece positivo e a variável educação entra negativamente, todos significativos e com efeito conforme o esperado. O poder explicativo, considerando-se o coeficiente de determinação (R^2), aumenta significativamente, passando para 0,74, conforme pode ser visto na estimação (2). É possível observar ainda, partir da estimação (3), que a colocação da variável transferências praticamente não afeta o resultado obtido na estimação (2), havendo inclusive uma melhoria do poder explicativo, com aumento do coeficiente de determinação (R^2) para 0,75.

Com a inclusão do volume de microcrédito na estimação (4), os resultados da estimação (3) praticamente se mantiveram, embora a variável transferências apareça como não significativa. Observe-

¹³ Todas as estimações da Tabela 6, como outrora, foram submetidas a testes, para verificação de possíveis violações dos pressupostos de homoscedasticidade, multicolinearidade, normalidade dos resíduos e autocorrelação serial. Não foi encontrada violação em nenhum desses pressupostos.

se, contudo, que o microcrédito guarda uma relação inversa com o índice de pobreza, significando que, no caso dos municípios-sede, um aumento do volume de microcrédito contribuiu para reduzir os índices de pobreza. O resultado se mantém na estimação (5), significando que, no caso dos municípios-sede, um aumento na quantidade de clientes atendidos pelo programa contribuiu para reduzir os índices de pobreza.

4. Considerações finais

A concessão de pequenos créditos vem ganhando espaço no debate sobre as políticas públicas de combate a pobreza. Nessa temática, o presente trabalho buscou avaliar a influência das operações de microcrédito na redução da pobreza, investigando o efeito desta variável em meio a outras colocadas pela literatura, como a concentração de renda, o tamanho econômico, representado pelo PIB ou pelas transferências governamentais, e a educação.

A utilização do microcrédito se constituiria um mecanismo importante de combate a pobreza por gerar oportunidade para que micro e pequenos empreendedores tenham acesso a recursos para a montagem de negócios, aumentando a renda de camadas menos favorecidas da população. Nesse sentido, nas operações de microcrédito, seria importante a focalização, definindo adequadamente o público alvo, buscando atingir os mais pobres, principais excluídos do sistema financeiro tradicional. Por outro lado, a sustentabilidade das operações requer um aumento no volume médio de crédito concedido, como forma de aumentar o rendimento da operação. Isso pode ser um entrave no objetivo focalizador, uma vez que a elevação no volume médio de microcrédito pode provocar um direcionamento do crédito para uma camada da população que estar fora da linha de pobreza.

O presente trabalho investigou esse papel do microcrédito a partir dos dados do programa Crediamigo do BNB. Esse programa se destaca por ser, pela sua dimensão, o programas de microcrédito mais importante do país. Foram utilizados dados de 1243 municípios nordestinos, no ano de 2000, de forma a tornar compatível temporalmente o trabalho com as demais bases de dados. Foram analisados os efeitos sobre a pobreza (*POB*) decorrentes da concentração de renda (*GINI*), do tamanho econômico, representado pelo PIB (*PIB*) ou pelas das transferências governamentais (*TR*), da educação (*IDH-E*) e, sobretudo do microcrédito, representado pelo volume emprestado (*EMP*) ou pelo número de clientes (*CL*). A análise envolveu a estimação de cinco equações. Foram feitos três grandes cortes de dados. No primeiro, foi utilizada a amostra total. No segundo foram utilizados dados de acordo com o porte dos municípios. E no terceiro foram utilizados dados somente dos municípios que possuem agências do BNB.

O conjunto dos achados desse trabalho está bastante próximo de outros estudos sobre tema, seja no corte por tamanho econômico, ou ainda na estratificação que levou em conta apenas os municípios-sede. No caso da concentração de renda, na maior parte dos resultados, o efeito mostra-se positivo e significativo, indicando que uma maior concentração contribui para elevar a pobreza. Quanto ao tamanho econômico, os resultados mostraram-se bastantes próximos ao utilizar o PIB ou as transferências (*TR*) como variáveis. O efeito mostrou-se negativo, indicando que um aumento desta variável contribui para reduzir a pobreza. Tais resultados são semelhantes aos apontados por visto em Diniz e Arraes (2006), ao utilizarem os estados brasileiros como amostra e considerarem o tamanho econômico e a concentração de renda como variáveis explicativas da pobreza no Brasil.

Sobre o índice de desenvolvimento humano – educação (*IDH-E*), o efeito mostrou-se consistente e conforme o esperado. Em todas as estimações, a inclusão dessa variável aumentou o grau de explicação, aparecendo sempre significativa e com sinal negativo. Isso indica que uma melhoria nos indicadores educacionais contribui para a redução da pobreza. Esse resultado corrobora aqueles de Amadeo *et al* (1994), que apresentam evidências da grande influência da educação nas diferenças de

renda da população brasileira. Para os autores, entre 30 e 35% da desigualdade no Brasil seria sanada caso a parte do problema que tem origem na disparidade educacional fosse resolvida –. ponto de vista compartilhado por Rocha (1995).

Quanto à influência do microcrédito na redução da pobreza, os resultados não se mostraram robustos. Trabalhou-se com o volume de crédito e com o número de clientes atendidos, no intuito de observar os efeitos decorrentes não apenas do aumento dos recursos, mas também da base de clientes. No primeiro corte, com a amostra total, o efeito da variável não se mostrou significativo. No segundo corte, considerando o porte dos municípios, o efeito da variável, contrário ao esperado, não evidenciou o papel do microcrédito em reduzir a pobreza. Somente no terceiro corte, que considera os municípios onde há agência do BNB, o efeito do microcrédito, seja para volume de operações ou para quantidade de clientes atendidos, mostrou-se negativo e significativo, como seria de se esperar.

Os resultados, por um lado, podem apontar que, à época, a operação do microcrédito, concentrada no entorno das agências, tinha os efeitos esperados sobre a pobreza apenas nos municípios-sede. Isso destacaria a importância de ampliar o sistema, seja com novas agências, ou utilizando de forma mais efetiva os agentes de crédito. Por outro lado, considerando os resultados por porte do município, pode ser que as operações embora estivessem concentradas em pequenos empreendedores, mas não direcionadas a clientes que estavam abaixo da linha de pobreza, seja porque não havia ali empreendedores suficientes ou por razões relacionadas à sustentabilidade das operações. Essa constatação, contudo, exige conhecimento sobre a renda dos clientes, não disponível na base de dados utilizada.

De todo modo, embora não haja um resultado definitivo sobre o papel do microcrédito, mostrou-se que é possível que esta operação seja uma ferramenta útil na redução da pobreza. Conclusões mais definitivas exigem uma ampliação pelo menos temporal da base de dados, possibilitando inclusive a utilização de metodologias de análise diferentes daquelas empregadas neste artigo.

BIBLIOGRAFIA

AMADEO, E. et al. A Natureza e o Funcionamento do mercado de trabalho desde 1980. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão n. 353).

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Boletim Mensal do Banco Central do Brasil**. Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/histbole/BT-200712P.ZIP>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária e Crédito. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/relatorio_economia_bancaria_credito.pdf. Acesso em 2 dez. 2007.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELECON06>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo ; RIBEIRO, Rodrigo Gurgel Cherubino . A oferta de microcrédito: distanciamento do objetivo de contribuição no combate à pobreza a partir da atuação segundo a lógica do sistema bancário. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória (ES). **Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política**, 2006. p. 1-25.

CALDAS, Eduardo de Lima . Experiências de Microcrédito. In: XXIII ENANPAD - Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1999, Foz do Iguaçu - PR. **Anais do XXIII ENANPAD - Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, 1999.

CALDAS, Eduardo de Lima. Da Experiência do Microcrédito à Microfinança. **Revista Diálogo Econômico Local**, nº1, julho de 2003.

CÂNDIDO JR., J. O., MATOS FILHO, J. C Poupança privada e sistema financeiro: possibilidades e limitações. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 1997 (Texto para Discussão, 488).

CARVALHO, Carlos E.; Abramovay, Ricardo . O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: Santos, Carlos A. (Org.). **Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas**. 1º ed. Brasília: Sebrae, 2004, v. 1, p. 17-54. Disponível em < <http://www.econ.fea.usp.br> >. Acesso em: 20 jun. 2008.

CEPAL - SERIE Desarrollo productivo. N° 168. Crédito bancário no Brasil: Participação das pequenas empresas e condições de acesso. Brasília, novembro del 2005. Disponível em: <<http://www.eclac.org> > Acesso em: 11 Ago. 2008.

DESENBOLSO ANUAL DO SISTEMA BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/estatisticas/download/Int2%201D%20a%20porte.pdf>> Acesso em 22 mai. 2008.

DINIZ, Marcelo Bentes ; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque. Novas Evidências para as Taxas de Pobreza para os Estados Brasileiros. In: **Encontro Regional de Economia do Nordeste, XI**, 2006, Fortaleza.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 11(29): 37-54, jan.-abr. 1997.

HOFFMANN, Rodolfo e KAGEYAMA, Angela Antonia. Pobreza no Brasil: Uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), v. 15, p. 79-112, 2006.

LHACER, Priscilla M. Vila. **Acesso ao Crédito pela População de Baixa Renda: a experiência do microcrédito e o mecanismo de aval solidário**. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em economia. São Paulo: 2003.

MEYER, R.L. **Track Record of Financial Institutions in Assisting the Poor in Asia**. Manila: Publication Unit, December, 2002. p 34. (ADB Institute Research Paper, 49). Disponível em: <<http://www.adbi.org>>. Acesso em: 02 dez. 2007.

MUKHERJEE, J. **State-owned development banks in microfinance**. CGPA, 1997. (Focus Notes, 10). Disponível em: www.cgap.org. Acesso em: 08 nov. 2007.

PASSOS, A. Ferreira dos. PAIVA, L. H. GALIZA, M. CONSTANZI, R. N. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. In: **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n.º 18. IPEA/MTE, 2002a, pp. 41-61.

PASSOS, A.; e COSTANZI, R. Proger Urbano: uma avaliação da geração de empregos formais. **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, no 4. IPEA, fevereiro de 2002b.

ROCHA, Sonia. Poverty Lines for Brazil. New Estimates from recent empirical evidence. (**Relatório para o Banco Mundial**), 1993.

_____. A Estrutura do Consumo das Famílias Metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.25, n.2, p.297-322, ago. 1995.

_____. Governabilidade e Pobreza os Desafios dos Números. Rio de Janeiro: **IPEA**, fev. 1995 (Texto para Discussão, 368).

_____. Do consumo observado à linha da pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, n.27, ano2, p.313-51, ago. 1997.

_____. Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95. Rio de Janeiro, **IPEA**, Junho 1998 (Texto para Discussão 567).

_____. Estimativa de Linhas de Indigência e de Pobreza: Opções Metodológicas no Brasil. In: Henriques (org.), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

_____. **Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata ?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Impacto sobre a Pobreza dos Novos Programas Federais de Transferência de Renda. In XXII Encontro Nacional de Economia. **Anais...**, 2004.

SANTOS, Carlos A.; Microcrédito: notas sobre as características da demanda; **Políticas Sociais**, IPEA N. 4, p. 119-126, 2002.

SEBRAE-SP / FIPE. **A questão do financiamento nas MPEs do Estado de São Paulo**. São Paulo. 1999.

SOARES, F. V. et al. Programa de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Brasília, **IPEA**, 2006. (Texto para Discussão nº 1228)

UNPD. **The Millennium Development Goals Reports 2007**. UNITED NATIONS, UNPD, Nova York, 2007. Disponível em: http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2007/UNSD_MDG_Report_2007e.pdf

VALENTE, Rita. **Microcrédito como instrumento de desenvolvimento econômico e social.** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. SL. SD. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/microcredito_instrumento_desenvolvimento_economico_social.pdf>. Acesso em: 10 dez 2007.

Yunus, Muhammad. Banker to the poor. New York: Public Affairs, 2003.